

Prorrogação do pagamento de tributos do Simples Nacional

O governo vai prorrogar, por 6 meses, o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional. A medida se aplica também aos Microempreendedores Individuais (MEI).

A mudança não se aplica, porém, aos tributos de fevereiro, que vencem no dia 20 de março.

Abono salarial será antecipado para junho (PIS)

O Ministério da Economia anunciou que vai antecipar o pagamento de todo o abono salarial para junho. A medida faz parte do pacote que também antecipa o 13º salário dos aposentados pelo INSS.

Outra medida incluída no mesmo pacote é o reforço ao programa Bolsa Família, com a inclusão de mais 1 milhão de beneficiários.

Mantido o prazo para declarar o Imposto de Renda

Até o momento, o prazo para os contribuintes declararem o Imposto de Renda Pessoa Física está mantido e vai até o dia 30 de abril. Quem é obrigado a declarar e não enviar dentro do prazo está sujeito ao pagamento de multa no valor mínimo de R\$ 165,74 e que pode chegar a 20% do imposto devido. Deve declarar quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2019.

O governo propôs facilitar também:

- Teletrabalho
- Antecipação de férias individuais
- Decretação de férias coletivas
- Banco de horas
- Antecipação de feriados não religiosos
- Adiamento do recolhimento do FGTS durante o estado de emergência

Veja mais detalhes sobre as propostas do governo para evitar demissões durante a crise do coronavírus:

Redução da jornada de trabalho

A proposta do governo é permitir a redução de até 50% da jornada, com corte do salário na mesma proporção, mediante acordo individual com os trabalhadores, informou o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo.

Segundo ele, a remuneração mínima continua sendo o salário mínimo, ou seja, o salário dos trabalhadores não poderão ser reduzidos abaixo do mínimo. Além disso, será observado o princípio da "irredutibilidade" dos valores por hora recebidos pelos trabalhadores.

Teletrabalho

A proposta é permitir que a empresa determine a transferência para o sistema remoto diretamente com o trabalhador com um prazo de notificação de 48 horas. O governo informou que as questões relativas à infraestrutura devem estar no contrato individual de trabalho.

Férias individuais

O secretário Dalcolmo informou que a empresa já pode fazer essa concessão, mas que os procedimentos serão simplificados.

"Poderá fazer isso em um prazo de 48 horas", disse. Ele acrescentou que as férias poderão ser concedidas mesmo que o trabalhador não tenha atingido o chamado período aquisitivo, ou seja, prazo de 12 meses para ter direito às férias.

Férias coletivas

Também poderão ser notificadas em um prazo menor, de até 48 horas. "Podem ser determinadas para um setor da empresa, ou para toda empresa. Antes, dependia de notificação com duas semanas de antecedência ao sindicato e ao Ministério da Economia", explicou Dalcolmo.

Banco de horas

Essa medida permitiria aos trabalhadores ficar em casa neste momento, recebendo salário e benefícios. O período fora do trabalho seria registrado no banco de horas e, num momento posterior, os trabalhadores pagariam as horas paradas à empresa.

"Quando a economia reaquecer, esse saldo de horas pode ser utilizado em favor da empresa e trabalhador, em até 10 horas por dia. Se a jornada normal é 8 horas, pode trabalhar duas a mais", disse.

Antecipação de feriados não religiosos

Segundo o governo, essa possibilidade não será obrigatória. "É uma alternativa para as empresas, para que o trabalhador possa permanecer em sua residência, sem prejuízo financeiro e na relação de trabalho", declarou Dalcolmo, do Ministério da Economia.

Ele informou que também está sendo suspensa a obrigatoriedade de realização de exames médicos ocupacionais durante a crise do coronavírus, para evitar sobrecarregar os sistemas de saúde com atividades que não são indispensáveis no momento.

Mais flexibilidade

"Durante o estado de crise, trabalhador e empregador poderão celebrar acordo individual com preponderância à Lei, respeitados os limites da Constituição Federal", informou o Ministério da Economia.

O governo defendeu, neste momento, uma maior flexibilidade nas negociações individuais para reduzir os custos do contrato de trabalho e preservar os vínculos empregatícios.

Segundo Dalcolmo, do Ministério da Economia, a crise gerada pelo coronavírus provocará um choque forte na economia do país, para todo o setor produtivo, e a flexibilização das negociações entre empregadores e funcionários é importante para preservar os postos de trabalho.

"É preciso que se ofereça instrumentos para que empresas e empregados consigam superar esses momentos de turbulência, até chegamos ao momento pós-pandemia, e a economia voltar a se estabilizar em níveis similares aos anteriores à crise. Nesse momento, interesses de empresa e de empregadores são convergentes: a preservação do emprego e da renda", disse ele.